



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

DECRETO Nº 7.096, DE 20 DE ABRIL DE 2010.

Tomba ao Patrimônio Histórico e Artístico Estadual bens imóveis que especifica, na cidade de Luziânia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, com fundamento no art. 164, inciso V, da [Constituição Estadual](#), no art. 3º da Lei nº [8.915](#), de 13 de outubro de 1980, c/c as disposições do Decreto-Lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, e no art. 1º da Lei nº [13.312](#), de 9 de julho de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo nº 200300026001080,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica tombado ao Patrimônio Histórico e Artístico Estadual o conjunto de 29 (vinte e nove) bens imóveis na cidade de Luziânia, neste Estado, situados e caracterizados da seguinte forma:

I na Rua do Rosário, as edificações n.ºs 109, 135, 258, 292, 303, 320, 329, 336, 362, 424, 444, 451, 480, 492 e 517;

II na Praça da Matriz, as edificações n.ºs 12 e 344;

III na Rua José de Melo, as edificações n.ºs 53, 57, 97, 199 e 384;

IV na Rua do Santíssimo Sacramento, as edificações n.ºs 02, 88, 106, 162, 186;

V na Travessa Epaminondas Roriz, a edificação nº 36;

VI na Praça Evangelino Meireles, a edificação nº 34.

Art. 2º A Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira AGEPEL adotará, imediatamente após a publicação deste Decreto, as seguintes providências:

I inscreverá os imóveis tombados em um dos quatro Livros do Tombo, nos termos do art. 3º da Lei nº [8.915](#), de 13 de outubro de 1980, devendo os proprietários, notários e demais autoridades que importam ser notificados do registro dos imóveis;

II a emissão, sempre que solicitada pelos proprietários, ou seus prepostos constituídos, ou, ainda, pelas autoridades dos poderes públicos, de Certidão de Tombamento.

Art. 3º Até o prazo de 60 (sessenta) dias de vigência deste Ato, a AGEPEL publicará no Diário Oficial do Estado de Goiás, de acordo com a Lei nº [8.915](#), de 13 de outubro de 1980, e com o Decreto-Lei federal nº 25, de 30 de novembro de 1937, portaria de regulamentação com os critérios de conservação do conjunto de que trata o art. 1º deste Decreto, da área vizinha ou entorno e das intervenções neles admissíveis, especificando os instrumentos de ação e demais normas, visando à salvaguarda dos bens imóveis ora tombados.

Parágrafo único. Cabe ainda à AGEPEL providenciar a transcrição no Registro de Imóveis da Cidade de Luziânia, averbando-se o tombamento ao lado da transcrição do domínio, nos termos do art. 13 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 4º Conforme o art. 4º da Lei nº [8.915/80](#) e art. 22 do Decreto-Lei federal nº 25/37, a União, os Estados e o Município terão, nessa ordem, direito de preferência sobre a alienação onerosa dos bens tombados por este Decreto.

Parágrafo único. Aplica-se à alienação realizada com violação do disposto no *caput* deste artigo o disposto no §2º do art. 22 do Decreto-Lei federal nº 25/37.

Art. 5º Este decreto entra em vigor nesta data.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 20 de abril de 2010, 122ª da República.

ALCIDES RODRIGUES FILHO

(D.O. de 26-04-2010)

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 26-04-2010.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Categoria	Patrimônio histórico